



# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

ESTADO DE SÃO PAULO

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**Matéria:** Projeto de Lei nº 26/2023

**Ementa:** Dispõe sobre transposição e transferência de dotações orçamentárias no valor de R\$2.704.904,00.

**Autoria** Poder Executivo

**Relatoria:** **PRESIDENTE/RELATOR - ANANIAS JOSÉ BARBOSA**

### **I – INTRODUÇÃO**

A presente propositura de autoria do Poder Executivo, que Dispõe sobre transposição e transferência de dotações orçamentárias no valor de R\$ 2.704.904,00., tramita neste Poder Legislativo e encontra-se nesta Comissão atendendo as normas estabelecidas no Regimento Interno deste Poder Legislativo, com a finalidade de que seja elaborado parecer sobre a matéria.

### **II – VOTO DO PRESIDENTE/RELATOR - ANANIAS JOSÉ BARBOSA**

**É submetido à apreciação da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, o Projeto de Lei supramencionado, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre transposição e transferência de dotações orçamentárias no valor de R\$ 2.704.904,00.”**

Consta da mensagem nº 08/2023 apresentada pelo Poder Executivo, o seguinte:

“Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que "Dispõe sobre transposição e transferência de dotações orçamentárias no valor de R\$ 2.704.904,00.".

Cumprе salientar que a transposição e a transferência de dotações orçamentárias apresentadas neste projeto de lei se fazem necessários na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal; na Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social; na Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como na Secretaria de Saúde e na Secretaria de Cultura.

Na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal se faz necessário para atendimento dos reajustes contratuais de locação de imóveis, bem como do contrato cuja finalidade é a prestação de serviços de plano de assistência à saúde dos servidores.

Na Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social os recursos serão destinados para possibilitar a execução das atividades da gestão operacional e desenvolvimento social da economia solidária, bem como o





# CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

retorno das feiras de economia solidária e o início das atividades nos "Containers Delas".

Na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia se faz necessário tendo em vista a necessidade de realizar a construção dos muros da EMEI Novo Cambuí e EMEI Santa Esmeralda, e o atendimento do reajuste do contrato de prestação de serviços de plano de assistência à saúde dos servidores.

Na Secretaria Municipal de Saúde visa garantir as despesas com aquisição de equipamentos para prevenção e controle das Arboviroses Urbanas, atendimento ao aditivo do contrato da Reforma da UBS Santa Clara, e reajuste do plano de saúde dos servidores.

Na Secretaria Municipal de Cultura possibilitará a realização de Chamamento Público para celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Hortolândia, através da Secretaria Municipal de Cultura, e Organização da Sociedade Civil - OSC para organização e execução de atividades de natureza artística e cultural e para aquisição de tenda modelo circo, que será instalada na Unidade Cultural Ariindo Zadi para proporcionar a organização de execução dos cursos de Artes Circenses, ministradas pela OSC Lona das Artes através do Termo de Colaboração 22/2022.

Os recursos para cobertura da transposição e da transferência de dotações orçamentárias são provenientes de anulação parcial de dotações. Considerando que com os recursos decorrentes da transposição e da transferência será possível dar prosseguimento a serviços que beneficiarão a população, dou ao projeto o caráter de urgência e solicito que a sua tramitação se conclua dentro do prazo de 45 dias, nos termos do artigo 57 e seus parágrafos da Lei Orgânica do Município.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, os meus sinceros protestos da mais alta estima e distinta consideração.”

Por outro lado, as doutas Comissões Permanentes - Justiça e Redação – e – Desenvolvimento e Bem Estar Social, Direitos Humanos e Cidadania, emitiram Pareceres Favoráveis pela Aprovação do Presente Projeto de Lei.

Nos termos dos artigos 84 à 86, do Regimento Interno, **competete à Comissão de Finanças e Orçamentos emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre:**

- I - Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais;
- II - prestação de contas do Prefeito, mediante o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, concluindo por Projeto de Decreto Legislativo;





# CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

III - proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos adicionais, empréstimos públicos e as que, direta e indiretamente, alterem a despesa ou receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;

IV - as proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, os subsídios o do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Presidente da Câmara e dos Vereadores, quando for o caso;

V - as que, direta e indiretamente, representem mutação patrimonial do Município.

Art. 85. É obrigatório o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento sobre as matérias enumeradas nos incisos I a V do art. 84, não podendo ser submetida à discussão e votação do Plenário sem o parecer da Comissão, ressalvado o disposto no art. 115 deste Regimento.

**Art. 86. Compete ainda, à Comissão de Finanças e Orçamento, zelar para que, em nenhuma Lei emanada na Câmara, sejam criados encargos ao erário municipal, sem que se especifiquem os recursos necessários à sua execução.**

**Convém destacar que o artigo 86 da Lei Orgânica Municipal reproduz o artigo 25 da Carta Estadual.**

Analisando o artigo 1º da propositura, verifica-se que o Poder Executivo pede autorização Legislativa para transpor na Secretaria de Finanças, o valor de R\$ 2.178.060,00 (dois milhões cento e setenta e oito mil e sessenta reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente, codificadas sob números:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:-01.110.0000 -Tesouro - Geral

Ficha nº 160 - 02,05.02.04.122.0216.2024.3.3.90.36.00 - outros serviços de terceiros - PF - R\$ 50.000,00

Ficha nº 161 - 02.05.02,04.122.0216.2024.3.3.90.39.00 - outros serviços de terceiros - PJ - RS 90.000,00

Ficha nº 164 - 02.05.03.04.122.0217.2026.3.3.90.39.00 - outros serviços de terceiros - PJ -R\$ 90.000,00

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.220.0000 - Ensino Fundamental

Ficha nº 438- 02.13.01.12.122.0209.2075.3.3.90.39.00 - outros serviços de terceiros - PJ -R\$ 160.000,00

Ficha nº492-02.13.03.12.361.0211.2091.3.3.90.30.00- material de consumo- R\$ 81.290,00

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.212.0000 - Educação Infantil - Creche

Ficha nº 456 - 02.13.02.12.365.0210,2085.4.4.90.51.00 - obras e instalações - R\$ 326.000,00

Ficha nº462 - 02.13.02.12.365.0210.2086.3.3.90.30.00 - material de consumo - R\$ 200.000,00

Ficha nº462-02.13.02.12.365.0210.2086.3.3.90.30.00 - material de consumo - R\$ 128.770,00

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:-01.310.0000 - Saúde - Geral





# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

Ficha nº 617- 02.15.01.10.122.0212.2105.3.3.90.39.00-outros serviços de terceiros - PJ - R\$ 77.000,00

Ficha nº 685- 02.15.05.10.301.0213.1015.3.3.90.39.00 - outros serviços de terceiros - PJ -R\$ 500.000,00

## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS: - 01.110.0000 -Tesouro - Geral

Ficha nº 745 - 02.16.02.13.392.0228.1019.4.4.90.51.00 - obras e instalações - R\$ 100.000,00

Ficha nº 745 - 02.16.02.13.392.0228.1019.4.4.90.51.00 - obras e instalações - R\$ 16.000,00

Ficha nº 745 - 02.16.02.13.392.0228.1019.4.4.90.51.00 - obras e instalações - R\$ 10.000,00

Ficha nº 745 - 02.16.02.13.392.0228.1019.4.4.90.51.00 - obras e instalações - R\$ 10.000,00

Ficha nº 745 - 02.16.02.13.392.0228.1019.4.4.90.51.00 –obras e instalações - R\$ 5.000,00

Ficha nº 745-02.16.02.13.392.0228.1019.4.4.90.51.00-obras e instalações - R\$ 5.000,00

Ficha nº751 - 02.16.02.13.392.0228.2133.3.3.50.39.00 - outros serviços de terceiros - PJ -R\$ 329.000,00

**Ao passo que, o artigo 2º do Projeto de Lei reza que os recursos são provenientes da transposição parcial no valor de R\$ 2.178.060,00 (dois milhões cento e setenta e oito mil e sessenta reais), das dotações codificadas e classificadas no orçamento vigente sob números:**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.110.0000 -Tesouro - Geral

Ficha nº 147 - 02.05.01.04.122.0216.2020.3.3.90.39.00 - outros serviços de terceiros - PJ - R\$ 50.000,00

Ficha nº 147 - 02.05.01.04.122.0216.2020.3.3.90.39.00 - outros serviços de terceiros - PJ - R\$ 90.000,00

Ficha nº 147 - 02.05.01.04.122.0216.2020.3.3.90.39.00 - outros serviços de terceiros - PJ -R\$ 90.000,00

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.220.0000 - Ensino Fundamental

Ficha nº433 - 02.13.01.12.122.0209.2074,3.3.90,40,00 - tec da Informação comunic - PJ - R\$ 160.000,00

Ficha nº 544 - 02,13,05,12,361.0211.2097.3.3,90,39,00 - outros serviços de terceiros - PJ - R\$ 81.290,00

Ficha nº544 - 02,13,05,12,361.0211.2097,3.3,90,39,00 - outros serviços de terceiros - PJ- R\$ 200.000,00

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.212.0000 - Educação Infantil - Creche

Ficha nº 547 - 02,13,05,12.365.0210.2098.3.3,90,39,00 - outros serviços de terceiros - PJ R\$ 326.000,00

Ficha nº547- 02,13,05,12.365,0210.2098.3.3,90,39,00 - outros serviços de terceiros - PJ - R\$ 128.770,00

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:-01.310.0000 - Saúde – Geral

Ficha nº 609 - 02,15,01,10.122.0212.2104.3.3,90,30.00 - material de consumo - R\$ 77.000,00

Ficha nº629 - 02,15,02.10.301.0213,2113.3.1.90.11.00 - venc. e vantagens fixas pessoal- R\$ 500.000,00

## SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:-01.110.0000-Tesouro - Geral

Ficha nº 742-02.16.01.13,392.0228,2131.4.4,90.52,00 - equip. e material permanente- R\$ 100.000,00

Ficha nº 747 - 02.16,02.13,392,0228,2132.3.3.90.30,00 - material de consumo - R\$ 16.000,00

Ficha nº 749 - 02,16.02.13.392.0228,2132.3.3,90.39,00 - outros serviços de terceiros - PJ -R\$ 10.000,00

Ficha nº 750 - 02.16.02.13.392,0228,2132.4.4.90.52.00 - equip, e material permanente - R\$ 10.000,00





# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

Ficha nº 755 - 02.16.02.13.392.0228,2133.3.3.90.39,00 - outros serviços de terceiros - PJ - R\$ 5.000,00

Ficha nº 757 - 02.16.02.13.392.0228,2133. 4.4.90.52.00 - equip. e material permanente - R\$ 5.000,00

Ficha nº 746 - 02,16.02.13.392.0228.2132.3.3.50,39.00 - outros serviços de terceiros - PJ R\$ 329.000,00

**Já no artigo 3º da propositura, o Poder Executivo pede autorização legislativa para transferir na Secretaria de Finanças, o valor de R\$ 526.844,00 (quinhentos e vinte e seis mil e oitocentos e quarenta e quatro reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente, codificadas sob números:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.510.0000 - Assistência Social - Geral

Ficha nº422-02,12.06,11.334.0208,2073.3.3.90.39.00-outros serviços de terceiros -PJ R\$ 40.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:-01.310.0000 - Saúde - Geral

Ficha nº 669-02,15,03,10.304.0215.2119.4.4.90.52.00-equip. e material permanente- R\$ 486.844,00

Nota-se que, no artigo 4º do presente Projeto de Lei, consta que os recursos são provenientes da transferência parcial no valor de R\$ 526.844,00 (quinhentos e vinte e seis Mil e oitocentos e quarenta e quatro reais), das dotações codificadas e classificadas no orçamento vigente sob números:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.510.0000 - Assistência Social - Geral

Ficha nº423- 02,12,06,11.334.0208.2073.4.4.90.52.00-equip. e material permanente - R\$ 40.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:- 01.310.0000 - Saúde - Geral

Ficha nº658-02.15.03,10.304.0215,2119.3.1.90.11.00-venc.e vantagens fixas pessoal, R\$ 486.844,00

Por outro lado, o artigo 167 da Constituição da República estabelece vedações à atuação do Administrador Público na elaboração e execução do orçamento. Emergem do dispositivo em questão, duas hipóteses de vedação: a) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes (inc. V); e b) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (inc. VI).

Infere-se dos dispositivos citados que, em ambas as hipóteses de alteração orçamentária, é exigida autorização legislativa. No entanto, na suplementação de recursos – mediante a abertura de créditos suplementares – não ocorrem reformulações orçamentárias de grande impacto e alterações nos três níveis de programação: institucional, programática e de gastos. Estas hipóteses de alteração orçamentária estão previstas no inc. VI do art. 167, que introduziu os conceitos de transposição, remanejamento e transferência de recursos.

Distintamente da suplementação, a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos, constituem institutos que devem ser aceitos em questões de maior relevância e impacto, como a modificação das condições que atuam na





# CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

elaboração do orçamento, e, por isso mesmo, são realmente excepcionais, sendo imperativo que, caso se faça necessária, a sua utilização pelo administrador, venham precedidos de exposição justificativa.

Para J. Teixeira Machado Júnior e Heraldo da Costa Reis, os remanejamentos ocorrem sempre no âmbito da organização. Assim, se porventura uma reforma administrativa prevê a extinção de um órgão e a institucionalização de outro para a sua substituição, é evidente que só se devem realocar os remanescentes orçamentários do órgão extinto para o outro. As transposições ocorrem sempre no âmbito da programação de trabalho, em razão de repriorizações, mediante a realocação dos remanescentes orçamentários para o programa de trabalho repriorizado. As transferências ocorrem no âmbito das categorias econômicas de despesas, também por repriorizações de gastos.

Na mesma linha, Lino Martins da Silva, na sua obra Contabilidade governamental, um enfoque administrativo, distingue transposições de transferências, afirmando que: transposições são os movimentos de recursos entre projetos e atividades de um mesmo programa ou entre programas diferentes de uma mesma unidade, quando se apresentam completamente executados ou quando são cancelados.

O autor citado define transferências como movimentação de recursos de um item ou de um elemento de despesa de uma mesma categoria econômica, ou entre categorias econômicas diferentes de uma mesma unidade, quando consideradas necessárias pela administração. Importante finalmente ressaltar que, havendo necessidade de remanejamento, transferência ou transposição, não basta previsão na lei orçamentária; será indispensável que a autorização, com a indicação da forma de alocação de cada recurso e seu destino, além da justificativa pela adoção do instituto, se dê sempre por lei específica.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, TCE-SC, apresenta o seguinte entendimento:

**(..) A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, de que trata o art. 167, VI, da Constituição Federal, devem ocorrer mediante prévia autorização legislativa específica, sendo incabível previsão neste sentido na Lei Orçamentária Anual.**

Neste contexto, como supracitado, a Constituição de 1988 vedou “a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa”.

Considerando que o interesse público é irrenunciável pela autoridade pública, inclusive pelo legislador, entende-se que, nesses casos, a autorização legislativa deve ser mediante lei ordinária específica, pois o artigo 165 da CF/1988, ao tratar das leis do sistema orçamentário – PPA, LDO e LOA - especifica o conteúdo de cada uma delas,





# CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

sendo vedada a inclusão de “dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita”.

Até porque, não pode o legislador autorizar nas leis orçamentárias que a repriorização das ações governamentais fique somente a critério do gestor, o que desvirtuaria e enfraqueceria o orçamento público como instrumento de planejamento, além de possibilitar o desvio da finalidade pública.

Portanto, o remanejamento, a transposição e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, exigem autorização em lei ordinária específica e deverão se restringir aos fatos motivadores das repriorizações das ações governamentais.

Por outro lado, entende-se que é similar a forma de operacionalização das técnicas de remanejamento, transposição e transferência à prática de abertura de créditos especiais, tendo em vista que, ainda que os fatos motivadores sejam diferenciados, promovem alterações orçamentárias e devem ser autorizados em leis ordinárias específicas, distintas das leis orçamentárias - PPA, LDO e LOA.

A abertura de crédito adicional especial é feita mediante decreto do Poder Executivo. Decreto é a forma de que se revestem os atos administrativos individuais ou gerais, com efeitos concretos, emanados do Chefe do Poder Executivo, e que o decreto regulamentar é um ato derivado, vez que não cria direito novo, apenas estabelece normas que permitem explicitar a forma de execução da lei, razão pela qual, pode ser utilizado decreto para regulamentar a execução do remanejamento, transposição e transferência no orçamento.

Neste sentido o Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do MT já consolidou seu entendimento da seguinte forma :

**“Acórdão n.º. \_\_\_\_/2007. Planejamento. Alteração Orçamentária. Transposição, Remanejamento, Transferência. Crédito adicional especial. Necessidade de autorização legislativa específica. Havendo necessidade de reprogramação por repriorização das ações durante execução do orçamento, o Poder Executivo, sob prévia e específica autorização legislativa, mediante decreto, poderá transpor, remanejar e transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na LOA e em seus créditos adicionais. A operacionalização das técnicas de remanejamento, transposição e transferência é similar à prática de abertura de créditos adicionais especiais, tendo em vista que, ainda que os fatos motivadores sejam diferenciados, devem ser autorizados em leis específicas e abertos mediante decreto do Poder Executivo.”**





# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

ESTADO DE SÃO PAULO

Quanto ao aspecto financeiro nada a opor, tendo em vista que a matéria tratada na propositura, não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está em sintonia com os referendos legais de conduta fiscal.

Assim, em razão dos argumentos apresentados, culminamos por acolher o Projeto de Lei, uma vez que, atende exigências que, respeitam a que compete a **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO** analisar, razão pela qual, **manifesto-me e voto favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei de nº 26/2023.**

Sala das Comissões, 03 de abril de 2023.







# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

ESTADO DE SÃO PAULO

## **III – DO VOTO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 26/2023 PRESIDENTE/RELATOR - ANANIAS JOSÉ BARBOSA**

**É submetido à apreciação da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, o Projeto de Lei supramencionado, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre transposição e transferência de dotações orçamentárias no valor de R\$ 2.704.904,00.”**

Por outro lado, as duntas Comissões Permanentes - Justiça e Redação – e – Desenvolvimento e Bem Estar Social, Direitos Humanos e Cidadania, emitiram Pareceres Favoráveis pela Aprovação do Presente Projeto de Lei.

Da análise do presente Projeto de Lei, constatamos que em relação ao aspecto financeiro nada a opor, tendo em vista que a matéria tratada na propositura, não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está em sintonia com os referendos legais de conduta fiscal, bem como, observamos que respeita e atende as exigências a que compete a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO analisar.

É o resumo necessário.

Diante do relatório e das brilhantes justificativas descritas no voto favorável apresentado pelo ilustre PRESIDENTE/RELATOR - ANANIAS JOSÉ BARBOSA , os demais membros da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, resolvem, acompanhar o voto do Relator e aprovar o presente Projeto de Lei de nº 26/2023.

Sala das Comissões, 03 de abril de 2023.

**ANANIAS JOSÉ BARBOSA  
PRESIDENTE/RELATOR**





# **CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA**

ESTADO DE SÃO PAULO

Hortolândia, 03 de abril de 2023.

## **DELIBERAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 26/2023**  
**PRESIDENTE/RELATOR - ANANIAS JOSÉ BARBOSA**

**AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE “DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VALOR DE R\$2.704.904,00.”**

Assim sendo, determino o encaminhamento do presente Parecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Poder Legislativo para dar prosseguimento que entender necessário e conveniente.

**ANANIAS JOSÉ BARBOSA**  
**PRESIDENTE**



